

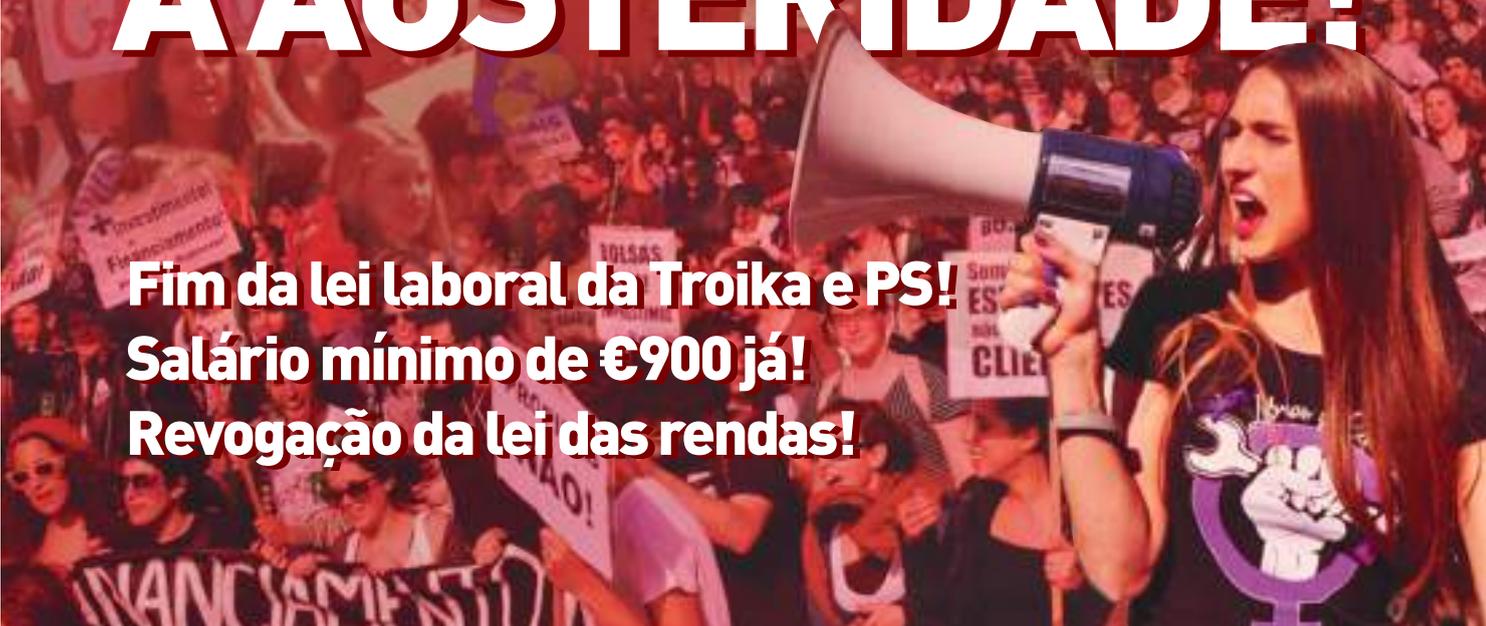
NAS URNAS E NAS RUAS

POR UMA ALTERNATIVA

SOCIALISTA

À AUSTERIDADE!

Fim da lei laboral da Troika e PS!
Salário mínimo de €900 já!
Revogação da lei das rendas!



A LUTA PELA HABITAÇÃO

P4

O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO NA ARGÉLIA

P8

GREVE DOS MOTORISTAS DE MATÉRIAS PERIGOSAS P10

ELEIÇÕES:
ABAIXO A
CONCILIAÇÃO
DE CLASSÉS!

P6



O QUE DEFENDEMOS

Os interesses da classe trabalhadora!

- O monopólio estatal do comércio externo e a nacionalização, sob controlo democrático de organizações de trabalhadores, de toda a banca e sectores chave da economia, assim como das cem maiores empresas nacionais.
- A suspensão imediata do pagamento da dívida pública, apenas com a compensação de pequenos investidores e com base em necessidade comprovada.
- O aumento do Salário Mínimo Nacional para 900€ como um passo rumo a um salário digno.
- A jornada de trabalho semanal de 35 horas para todos os trabalhadores e a reforma completa aos 60 anos ou após 35 anos de trabalho.
- Subsídios de desemprego, pensões e reformas mínimas ao nível do SMN.
- Acabar com todas as formas de trabalho precário. Fim dos falsos recibos verdes. Contratação colectiva em todos os locais de trabalho com 10 ou mais trabalhadores.
- Um plano nacional de pleno emprego que vise distribuir equitativamente o trabalho por toda a população activa, reduzindo a jornada laboral sem perdas salariais.
- Um plano nacional de habitação

que exproprie toda a propriedade abandonada e distribua equitativamente as habitações por toda a população, com rendas que sirvam apenas para a manutenção das infra-estruturas e estejam sob o controlo democrático de comissões de moradores.

- Nenhum corte nos serviços sociais! Orçamentos adequados às necessidades da população ,suportados pelo aumento dos impostos sobre o grande capital.
- O acesso à educação, à cultura, à saúde, e ao desporto como direitos básicos, portanto, totalmente gratuitos.
- A nacionalização de todas as empresas de saúde, de todas as instituições de ensino e de toda a rede de transportes públicos sob controlo democrático de organizações de trabalhadores e utentes.
- O fim dos exames nacionais para efeitos de conclusão do ensino secundário e de ingresso no ensino superior. Um modelo de ensino e condições laborais dignas em todas as escolas, universidades e politécnicos, que garantam um acompanhamento educativo adaptado às necessidades e percurso de cada estudante.
- O funcionamento democrático dos sindicatos, com eleição regular de todos os dirigentes sindicais, mandatos revogáveis e remuneração dos sindicalistas a tempo-inteiro equivalente ao

salário médio dos trabalhadores representados.

Uma economia ecológica!

- A nacionalização do sector energético sob gestão democrática das organizações de trabalhadores.
- A substituição dos postos de trabalho nas empresas poluentes por postos de trabalho ecológicos.
- O investimento público para uma transição dos combustíveis fósseis para energias renováveis no menor espaço de tempo possível.

O combate a todas as formas de opressão!

- Legalização e direito à nacionalidade portuguesa para todos os trabalhadores imigrantes! Os mesmos direitos sociais e políticos para toda a classe trabalhadora!
- O fim da desigualdade salarial entre os géneros. Salário igual por trabalho igual!
- Educação sexual inclusiva nas escolas a partir do ensino primário.
- A integração nos programas escolares do estudo da luta contra o racismo, a xenofobia, o machismo, a LGBTfobia, a discriminação de pessoas com deficiência e todas as restantes formas de opressão.

• A completa legalização do aborto como um serviço de saúde igual a qualquer outro e o acesso gratuito a todos os métodos de contracepção disponíveis.

• Doze semanas de licença parental paga para a mãe, para o pai ou para o casal.

• Criação de uma rede pública, de qualidade e gratuita de creches, jardins de infância, cantinas, lavandarias e lares.

• Nacionalização de toda a rede de creches existente, sob controlo democrático dos trabalhadores, encarregados de educação e famílias, e construção de infra-estruturas de qualidade adaptadas às necessidades da população.

O socialismo e o internacionalismo!

- O planeamento democrático da economia, através da organização de conselhos de trabalhadores, para responder às necessidades de toda a população e proteger o ambiente.
- A solidariedade com as lutas dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo. Um ataque contra um de nós é um ataque contra todos nós!
- Que no lugar da União Europeia do capital seja construída a união dos países da Europa e do mundo numa confederação socialista que garanta o direito à autodeterminação de todas as nações.

EDITORIAL

UM VOTO DE ESQUERDA CONTRA O PS!

O contexto internacional

Por todo o globo avança a luta dos trabalhadores. Além da Grécia e da Catalunha na Europa, os condenados da terra erguem-se no mundo dito “em desenvolvimento”.

Toda a América Latina se ergue — Brasil, México, Nicarágua, Costa Rica, Porto Rico, Honduras, Argentina... Em África, o capitalismo vê-se em perigo de morte no Sudão e na Argélia (p.8), com duas revoluções que vão reverberar por todo o continente. Na Ásia, a gigantesca Índia vive em convulsões constantes, Hong Kong é palco de protestos absolutamente colossais por direitos democráticos que ameaçam agitar toda a China.

As burguesias imperialistas dos EUA e da China disputam o mercado mundial e, nisto, desestabilizam cada vez mais as relações internacionais. As contradições inter e intra-burguesas na UE acirram-se, com o seu ponto mais alto no Reino Unido, onde o Brexit divide a burguesia e ameaça dividir o próprio Estado em dois (p.11). Tudo isto enquanto uma nova grande recessão dá os primeiros sinais da sua chegada.

É neste contexto internacional que se realizam legislativas em Portugal. E também aqui, contra todas as tradições do sindicalismo de conciliação, a classe trabalhadora dá os primeiros passos na sua reorganização — tentando ultrapassar as actuais direcções — e a juventude sai à rua contra a violência machista, contra o racismo, contra a destruição do planeta, enfim, contra todas as chagas do capitalismo.

A divisão da esquerda é a força do PS

A utilização da Requisição Civil contra os enfermeiros foi, como alertámos, um momento de inflexão. O posterior ataque às greves e ao sindicato dos motoristas de matérias perigosas (p.10) não só confirmou esta perspectiva como demonstrou qual a resposta do PS à luta: estabelecer “ser-

viços mínimos” que, citando o próprio Primeiro Ministro “podem equivaler aos máximos”, mobilizar o exército para furar greves ao serviço de empresas privadas, forçar grevistas a trabalhar sob ameaça de prisão, ordenar a dissolução de sindicatos, enfim, esmagar a classe trabalhadora.

A tarefa que cabe à esquer-

“É PRECISO LEVANTAR UMA FRENTE UNIDA DA ESQUERDA, UMA PROPOSTA DE GOVERNO DOS TRABALHADORES COM UM PROGRAMA SOCIALISTA.”

da é a de combater estas políticas do PS. O que temos, pelo contrário, é BE e PCP a funcionar como estabilizadores do regime e a garantir a conciliação de classes (p.6), com a inacção do BE e o apoio vergonhoso das direcções do PCP e da CGTP aos ataques contra o direito à greve — acusando os próprios trabalhadores de estar a colocar o seu direito em causa!

Com tudo isto, a direcção do PCP perdeu apoio entre eleitores e mesmo entre militantes do partido. Contudo, até o BE, que foi capaz de evitar este desgaste durante a maior par-

“O VOTO CORRECTO É UM VOTO DE ESQUERDA CONTRA O PS. HÁ QUE IMPEDIR COSTA DE TER MAIORIA ABSOLUTA!”

te da legislatura, tem dificuldade em posicionar-se como uma força alternativa de governo. Ao continuar divididos com sectarismo e seguindo a actual política, nem BE nem PCP se apresentam como a alternativa de esquerda ao programa de Costa que lhes cabe ser, e muito menos como instrumentos de combate e de transformação social aos olhos da maioria da classe trabalhadora e da juventude.

É nesta divisão e “moderação” da esquerda que está a explicação para o crescimento eleitoral do PS, e não nos pequenos ganhos e medidas cosméticas dos últimos qua-

tro anos. Os passes sociais já se encontram ameaçados e só aprofundaram a crise dos transportes; a farsa do PRE-VPAP mal tocou na precariedade do Estado; os manuais escolares não são “gratuitos”, são pagos em rendas ao privado e estão à mercê dos seus caprichos. No final de contas, foram quatro anos de manu-

tenção da austeridade com resgates à banca privada, redução do investimento público, crise de habitação, uma centena de mortes em incêndios florestais, ataques inauditos contra o direito à greve e todas as restantes políticas de direita. Ainda assim, o PS cresce!

PSD e CDS, por agora, estão felizmente em ruínas. Não conseguem prometer nada melhor do que o programa de Costa à sua própria base eleitoral — a burguesia e sectores mais reaccionários da pequena-burguesia —, nem têm hipóteses de seduzir qualquer sector significativo da classe

trabalhadora com a actual polarização social e a viragem à esquerda da juventude. Mas a direita não ficará em ruínas para sempre. A continuação da conciliação de classes vai criando as condições para o surgimento da extrema-direita.

Por uma frente unida!

Com o contexto internacional acima esboçado, com um horizonte de choque violento entre as classes numa nova recessão, com cada vez maior polarização social e com o Partido “Socialista” e todos os órgãos do Estado a revelar-se uma fachada democrática da ditadura do capital, há uma ca-

mada crescente da juventude trabalhadora que busca soluções para os seus problemas fora do capitalismo, que busca ideias revolucionárias.

As legislativas são uma gigantesca oportunidade para levantar uma frente unida da esquerda, uma proposta de governo dos trabalhadores com um programa socialista, uma bandeira de luta pela transformação radical da sociedade que proponha a nacionalização da banca e dos sectores chave da economia, a transição energética, um programa de pleno emprego, um programa de habitação social e controlo de rendas, entre outras medidas a conquistar com a mobilização dos trabalhadores e da juventude. A nossa convicção é que tal programa encontraria um apoio massivo e seria um instrumento valioso para a organização nos locais de trabalho e escolas — aquilo que, para os marxistas, é a grande utilidade da participação em eleições burguesas.

Vota na esquerda e organiza-te!

No dia 6 de Outubro, o voto correcto só poderá ser um voto de esquerda contra o PS. Há que impedir Costa de ter maioria absoluta e, pelo caminho, conquistar um parlamento mais permeável à pressão dos trabalhadores e da juventude.

Mas independentemente destas eleições, nada pode travar o ascenso da luta de classes. Ao proletariado, e especialmente à nova geração, resta apenas lutar. Nesse processo de luta, teremos vitórias e derrotas, avanços e recuos, e só assim poderemos forjar uma direcção política revolucionária, um Estado Maior da nossa classe à altura da tarefa histórica que se impõe: libertar de uma vez por todas a humanidade da exploração e da opressão capitalistas.

VIVA A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA E DA JUVENTUDE!

APOIA A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA!

Décadas de luta contra o capitalismo ensinaram-nos a necessidade de finanças fortes numa organização que luta pelos interesses dos explorados e, em última instância, para acabar com a exploração. As nossas tarefas, as campanhas e intervenções junto dos jovens e trabalhadores, exigem dinheiro. Mas para manter a liberdade de crítica e acção, não podemos depender de financiamento do Estado ou de empresas. Uma organização revolucionária tem de depender unicamente da classe trabalhadora!

Deixamos por isso um apelo: se concordas com o nosso programa, faz um donativo.

IBAN: PT50 0035 0041 00008179 330 96

JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Gráfica: Artes Gráficas Lisboa.
Beco do Alegrete 2,
1100-378 Lisboa

esquerdarevolucionaria.net

geral@esquerdarevolucionaria.net

/esquerdarevolucionaria.centelha/

**ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA**



Faixas de protesto contra os despejos, no Porto. Foto: Sara Ferreira/RR.

HABITAÇÃO: A LUTA ORGANIZADA É O ÚNICO CAMINHO!

Gonçalo Romeiro

Em 1976, uma maioria de deputados constituintes pró-capitalistas aprovou a Constituição “mais progressista do mundo”, que entre outras coisas proclamava o direito à habitação e a construção do socialismo.

Sob o olhar atento de milhões de trabalhadores, soldados e camponeses que tinham protagonizado 19 meses de luta revolucionária, estes deputados eram obrigados a mascarar com fraseologia socialista um texto constitucional burguês que estabelecia uma economia de mercado.

A natureza de classe da constituição foi demonstrada ao longo das últimas quatro décadas em todas as esferas por ela “consagradas”. A burguesia recuperou a sua propriedade com indemnizações

e deu-nos uma lição a não esquecer: a lei é dos poderosos. Ao “meter o socialismo na gaveta”, a social-democracia negou os direitos da maioria. Entre estes, a habitação é um dos mais evidentes.

“SE É VERDADE QUE MUITAS FAMÍLIAS TRABALHADORAS PUDERAM ADQUIRIR CASA PRÓPRIA, BASTOU UMA GERAÇÃO PARA QUE A UTOPIA LIBERAL DESMORONASSE.”

Um país de proprietários?

O golpe de Estado de 25 de Novembro de 1975 deu início à repressão das ocupações de grande propriedade imobiliária, assim como ao desmantelamento das políticas de construção pública de habitação lideradas pelas comissões de moradores. Neste contexto, a conquista do congelamento das rendas levou à falta de

investimento e à degradação das casas destinadas ao arrendamento.

O governo de Bloco Central (PS-PSD) promoveu, em 1983, uma política de subsídios públicos ao crédito para a habi-

tação. Esta política tornou-se uma das principais fontes de lucro da banca, privatizada de seguida por um governo de Mário Soares. No processo, seriam asfixiadas as cooperativas de construção, incapazes de competir com a política de crédito barato. Esta política foi mantida por todos os governos capitalistas posteriores, partilhados invariavelmente entre

PS, PSD e CDS.

Seríamos todos “proprietários”, logo, todos “iguais”. E se é verdade que muitas famílias trabalhadoras puderam adquirir casa própria, bastou uma geração para que a utopia liberal desmoronasse. O sucesso temporário da política de crédito não se deveu à “eficiência” do mercado, que só gerou todo o tipo de esquemas de corrupção envolvendo as construtoras. A chave encontra-se, uma vez mais, nas conquistas da Revolução, que aumentaram de forma significativa a educação e os rendimentos, e eliminaram a precariedade em vastas camadas da classe trabalhadora, permitindo o planeamento familiar e o pagamento das hipotecas. Com a precarização da força de trabalho, esta política tornou-se crescentemente insustentável.

Na era de decadência capitalista dominada pela espe-

culação financeira, por privatizações e pela intensificação da exploração, esta política só poderia abrir caminho para a criação de uma gigantesca bolha imobiliária. Entre 1995 e 2008 Portugal foi o país da UE onde mais aumentou a dívida das famílias em percentagem do PIB e cerca de 4/5 desse aumento são explicados pelos empréstimos à habitação.

Essa bolha rebentou finalmente com a crise de 2008, arrastando consigo toda a sociedade e empurrando para a miséria, precariedade e desemprego milhões de trabalhadores. A burguesia e os seus lacaios não tardaram a culpar-nos pelas suas políticas. Subitamente fomos acusados de “viver acima das nossas possibilidades” por ter a ousadia de querer um tecto. E enquanto vomitava este discurso, o governo dava início ao resgate da banca privada com os impostos de quem trabalha.

Daqui em diante, o discurso passou a ser a favor do arrendamento.

A distopia do livre mercado de arrendamento

A intervenção da *Troika* marca o fim da última conquista revolucionária no tocante à habitação. A coligação da direita liberalizou o mercado de arrendamento, descongelando as rendas com a lei que ficou conhecida como “Lei dos Despejos” ou “Lei Cristas”, acusando a autoria de Assunção Cristas, que assinou a lei enquanto ministra do Ordenamento do Território.

A promessa era de que o incentivo aos proprietários iria aumentar a oferta de casas para arrendamento e dar início a uma renovação dos edifícios degradados. A realidade foi bem distinta.

Com o sector do turismo em expansão, com um sistema financeiro com excesso de liquidez graças às políticas de resgate financeiro e de expansão quantitativa (*quantitative easing*), e com as taxas de juro em valores próximos de zero, houve uma enorme transformação dos centros urbanos, com a expulsão dos pobres para periferias cada vez mais

longínquas e desprovidas de serviços.

Ao mesmo tempo que os centros urbanos se tornaram gigantescos hotéis com recurso a todo o tipo de esquemas “inovadores” como o *Airbnb*, uma nova e ainda mais monstruosa bolha especula-

“A NOVA LEI DE BASES PARA A HABITAÇÃO REPRESENTA, ACIMA DE TUDO, A CAPITULAÇÃO DA ESQUERDA REFORMISTA AOS INTERESSES DO CAPITAL, COM A LEI CRISTAS INTOCADA.”

tiva cresceu. A oferta criada é dominada pelo “alojamento local” para turistas, e as rendas dos imóveis que restam sofreram um aumento de 34%. Portugal é o país da UE onde o custo da habitação mais subiu nos últimos anos, com o preço das casas a superar os 20% de aumento em 2018 nas cidades de Lisboa e Porto. Só entre 2015 e 2018 tiveram lugar mais de 4.300 despejos.

Para a nova geração de trabalhadores, precária e com um rendimento médio inferior a 700 euros por mês — 1 milhão e 250 mil trabalhadores recebem hoje o salário mínimo —, ter casa tornou-se praticamente impossível. A maioria de nós está presa à casa dos pais ou

“É PRECISO UM PLANO DE LUTA QUE PARTA DE CADA BAIRRO E CADA EMPRESA, QUE EXIJA O FIM DOS DESPEJOS E O CONTROLO DAS RENDAS SEM MEDO DE ROMPER COM O CAPITALISMO.”

avós (a geração da revolução) ou condenada a dividir casas e quartos, sem perspectivas de futuro e temendo o próximo aumento da renda. Em pior situação ainda, uma camada da nossa classe, muitas vezes imigrante, continua presa em bairros sem condições mínimas, sem electricidade ou água canalizada.

A nova Lei de Bases para a Habitação representa, acima de tudo, a capitulação da esquerda reformista aos interesses do capital, com a Lei Cristas intocada. O que temos são

programas de arrendamento “acessível” com o limite de 80% do preço de mercado — o que significa que um estúdio em Lisboa pode custar 600 euros mensais — e que isentam os proprietários de IRS e IRC sobre as rendas. António Costa já avisava, no final de 2018,

que era “vital” beneficiar os proprietários. E assim, para curar o cancro social na habitação, o PS manda-nos para casa (que não temos) com uma receita de paracetamol.

Para os banqueiros e os seus governos, a perspectiva de queda nos preços da habitação é uma catástrofe. Toda a política de crédito está baseada na especulação sobre o valor dos imóveis, que necessita de se manter alto e em ascensão para garantir a continuação dos lucros.

Um vislumbre do futuro no passado

Quando, no dia 27 de Abril de 1974, as primeiras ocupações de casas começavam em

Lisboa, a classe trabalhadora de então mostrava-nos o caminho que devemos seguir. À época, tal como hoje, a esmagadora maioria do proletariado não tinha acesso a uma habitação digna. Dezenas de milhares de trabalhadores concentravam-se em bairros de lata ao longo da cintura industrial de Lisboa e Setúbal. Muitos trabalhavam na construção civil.

O golpe de Estado do MFA e o apoio das bases do exército à luta da classe operária e dos camponeses pobres e sem terra deu confiança ao jovem

proletariado para avançar na luta. Milhares de trabalhadores organizaram-se em comissões de moradores e efectivaram o direito à habitação. Não esperaram a autorização de nenhum dos governos provisórios, todos eles desesperados por salvaguardar os interesses dos proprietários.

Milhares de casas foram ocupadas, umas de grandes proprietários, outras do Estado — estas destinadas muitas das vezes ao seu aparelho repressivo, como a PIDE. As comissões geriam democraticamente a distribuição das casas segundo as necessidades dos trabalhadores, organizavam o trabalho de obras que fosse necessário. E iam ainda mais longe: lutavam pelo direito a creches, centros de saúde, escolas e outros serviços comunitários.

Com a vitória que foi a nacionalização da banca, cooperativas de habitação foram criadas para implementar projectos de construção de parques de habitação pública de qualidade, com bairros que promovessem uma vida colectiva.

Tudo isto foi varrido pela contra-revolução “democrática”. O direito à habitação foi “consagrado” no papel, enquanto no mundo real a habitação permaneceu uma mercadoria.

Mas é neste breve passado revolucionário que está a chave do futuro. É preciso um plano de luta que parta de cada bairro e cada empresa, que exija não só o fim dos despejos e o controlo das rendas, mas que avance igualmente, sem medo de romper com o capitalismo, para uma verdadeira solução: a expropriação dos grandes fundos imobiliários, da banca e de todo o sector de construção, para que se faça a planificação democrática da habitação, com a construção de parques de habitação públicos, de qualidade e ambientalmente sustentáveis. Só assim podemos garantir casa para todos, e isso é o mínimo que se exige.

Está na hora de conquistar este futuro! Está na hora da organização e da luta! ✪

ABAIXO A CONCILIAÇÃO DE CLASSES!

POR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA AO PS

Ismail X

Em 2015, o governo de Costa tomou posse num momento em que o capitalismo mostrava sinais de “recuperação” e a economia portuguesa tinha um ligeiro crescimento. Tal crescimento, como sabemos, foi feito sobre espuma económica, atraindo capital especulativo especialmente para o turismo e para o sector imobiliário. Esta conjuntura permitiu algumas medidas cosméticas, mas depois de 4 anos de conciliação de classes com este “governo de esquerda”, os resultados são desastrosos.

Um governo anti-trabalhadores

A mais celebrada de todas as conquistas desta “solução governativa” foi o aumento do salário mínimo.

A subida do salário mínimo não corresponde a um aumento do salário real para a generalidade da classe trabalhadora, não só porque não acompanhou o aumento do custo de vida nas cidades (em particular o aumento das

rendas), como também porque se deu simultaneamente com maior precarização e um aumento gigantesco do número de trabalhadores a receber o salário mínimo. Com efeito, o actual estado das relações laborais confere à estatística oficial um carácter particularmente traçojeiro — há imensos trabalhadores que são “prestadores de serviço” com falsos recibos verdes, e há uma série

“O MOMENTO É DE UNIFICAR AS INUMERÁVEIS GREVES E MOVIMENTOS E TRAÇAR UM PLANO DE LUTA EM DEFESA DO DIREITO À GREVE.”

de manobras de engenharia estatística que ocultam a real condição da classe trabalhadora —, mas é segundo essa mesma estatística que 22,4% de todos os “trabalhadores por conta de outrem” recebe hoje o salário mínimo. São mais de 756.000 trabalhadores a viver com €600, ou seja, a viver em pobreza. Mas mesmo segundo o Instituto Nacional de Estatística — que fixou o limiar da pobreza em €467 —, 21,6% da população vive “em risco de pobreza”.

A verdade é que a austeridade foi agravada e, especialmente neste último ano de mandato, acompanhada de ataques brutais contra o movimento operário.

Para respeitar os limites de défice orçamental impostos pela União Europeia e cum-

prir os pagamentos da dívida pública, o governo manteve o investimento público a níveis mais baixos do que nos anos da troika, garantindo a degradação da saúde, da educação e dos transportes e constituindo, assim, um rebaixamento do salário social — i.e., tudo aquilo que é garantido aos trabalhadores como resultado dos impostos, o chamado “Estado social”. O mercado imobiliário, por sua vez, foi totalmente liberalizado para gáudio dos especuladores, o que resultou numa tremenda crise de habitação que não é colmatada por nenhuma política séria de habitação social — mantendo-se o investimento público aos níveis já mencionados.

Enquanto isto, a banca privada conta com periódicas “injecções de liquidez” (leia-se transferências de dinheiro público), sempre aprovadas com o apoio da direita parlamentar, assegurando os lucros do capital financeiro. Foram ainda feitas alterações ao código laboral que reforçam a precariedade com medidas como o aumento do período experimental de trabalho de 3 meses para 6 meses. A perseguição sindical, tal como todo o tipo de ilegalidades cometidas pelo patrona-

to, foi promovida pelo governo tão descaradamente como se viu nas greves dos estivadores e dos motoristas de matérias perigosas. Por fim, avançou-se com o mais brutal ataque ao direito à greve desde a Revolução, com a imposição de serviços mínimos (que chegaram a corresponder aos máximos) e a utilização repetida da lei da Requisição Civil contra enfermeiros e camionistas, culminando na ordem de dissolução do sindicato dos motoristas de matérias perigosas depois de uma mobilização do exército e da polícia para furar a greve dos camionistas e servir directamente o lucro das transportadoras privadas e das gasolinárias.

Este é o balanço do governo de Costa: um governo anti-trabalhadores que avança com novas leis de precariedade e, a mando do capital imperialista, esmaga greves recorrendo às forças de repressão e ao exército sem hesitação.

O papel das direcções da esquerda

Durante toda a legislatura, a política adopta-

da pelas direcções da esquerda foi uma política de conciliação de classes e manutenção da paz social. O vergonhoso papel jogado por estas direcções, por isso, foi o de desmobilizar as lutas, semear ilusões e confusão entre os trabalhadores e a juventude e, em todos os momentos chave, defender o governo contra a classe trabalhadora.

Só no último ano, o PCP e a CGTP atacaram as greves dos estivadores, dos enfermeiros e dos camionistas, participando activamente no ataque ideológico da burguesia e, por isso, na legitimação da imposição de serviços máximos, da requisição civil, em suma, no ataque ao direito à greve... e até aos fundos de greve, considerados uma “subversão da greve”, nas palavras do próprio Jerónimo de Sousa!

Tudo isto é feito pela direcção do PCP depois de 4 anos desastrosos, com um candidato presidencial a defender resgates à banca privada e o pior resultado de sempre em eleições autárquicas — perdendo uma dezena de autarquias históricas — e, recentemente, de surgir nas sondagens com aquele que ameaça ser igualmente o seu pior resultado em eleições legislativas. Sucintamente, com a actual política de guarda-costas do governo PS, a direcção do PCP não faz menos do que militar para a liquidação do seu próprio partido.

E a direcção do BE, que se gaba de dirigir “a terceira maior força política” eleitoralmente, preserva uma imagem progressista durante a onda de greves que atravessamos acima de tudo precisamente devido à sua debilidade no movimento operário. O “partido movimento” apresenta-se como o representante da luta feminista, anti-racista, LGBT, ecologista, etc., aos olhos da juventude e contrastando com o conservadorismo e provincianismo do PCP, mas o que ficou demonstrado na Autoeuropa, com António Chora e a sua clique de sindicalistas amarelos a caluniar os operários e a sabotar a greve, é que a direcção do BE teve exactamente a

mesma política que a direcção do PCP quando foi necessário defender a estabilidade do governo contra os interesses mais elementares da classe trabalhadora.

Mas mesmo para o BE, a continuação desta política desastrosa só pode resultar num fracasso completo. Prosseguir a conciliação de classes é, em última análise, tentar manietar

direita está destroçada, momentaneamente, porque não tem alternativa à política do PS — a burguesia está satisfeita com a “geringonça”. Costa demonstrou ser capaz de garantir o processo de acumulação de capital, reprimindo greves se necessário, e ainda de servir-se do PCP, do BE e mesmo da CGTP para escudar o seu flanco esquerdo.

“HÁ QUE LEVANTAR UM PROGRAMA QUE CONECTE DIRECTAMENTE COM AS ASPIRAÇÕES DOS TRABALHADORES E DA JUVENTUDE!”

a classe trabalhadora e, a prazo, abrir espaço à extrema-direita.

A nova recessão e a reorganização das classes

Estas eleições acontecem à porta de um nova recessão mundial que terá um impacto quase imediato na economia portuguesa. A resposta da classe dominante só poderá ser uma: austeridade. Essa será a única política permitida aos partidos dirigidos pela burguesia, entre os quais está o PS.

Ainda além das transformações na economia, também a luta do proletariado internacional — inflamada da Argentina à Argélia, do Sudão a Hong Kong — influirá necessariamente na luta dos trabalhadores e da juventude em Portugal.

Este é o pano de fundo

“PROSSEGUIR A CONCILIAÇÃO DE CLASSES É TENTAR MANIETAR A CLASSE TRABALHADORA E ABRIR ESPAÇO À EXTREMA-DIREITA.”

destas eleições, um período de revolução e contra-revolução à escala internacional, que em Portugal se traduz já nos primeiros passos de uma reorganização do movimento operário e significará, com a chegada da nova recessão, um ascenso da luta de classes e um processo de reorganização da esquerda que não deixará pedra sobre pedra.

A reorganização do nosso campo, claro está, será espolhada pelo campo inimigo. A

No entanto, os esforços de recomposição política da direita e as tentativas de erguer forças de extrema-direita não serão frustrados indeterminadamente. A recessão abrirá enormes oportunidades para os sectores mais reacçãoários. O PS, que tão bem serviu a burguesia nestes anos de crescimento económico, será completamente inútil aos capitalistas quando se vir obrigado a corroer a sua própria base social com uma onda de austeridade.

Há que construir uma alternativa verdadeiramente socialista ao governo do PS!

Os trabalhadores e a juventude demonstram vez após vez ter tirado a conclusão acertada dos últimos anos: ninguém resolve os nossos problemas por nós, só a luta contra o capi-

tal conquista mudanças. O mínimo que se exige de partidos de esquerda é que se constituam como ferramentas ao serviço dos explorados e que dêem expressão organizativa a esta conclusão, à crescente agitação e combatividade das massas.

Uma frente unida da esquerda, com um programa socialista de oposição intransigente a todas as políticas reacçãoárias do PS, é, neste momento, a melhor forma de realmente

avançar. Uma frente que funcione não só como uma alternativa de governo — um governo dos trabalhadores — mas, acima de tudo, que apresente uma alternativa revolucionária ao capitalismo, fortalecendo a organização da classe trabalhadora e da juventude nas ruas, nas escolas, nos locais de trabalho — ao invés de cavalgar a luta para conquistar posições no parlamento e restantes órgãos da democracia burguesa.

O momento é de unificar as inumeráveis greves e movimentos e traçar um plano de luta em defesa do direito à greve, contra a lei da requisição civil, contra as leis de isenção de horário e todas as alterações ao código laboral que precarizaram o trabalho na última década!

Há que levantar um programa que conecte directamente com as aspirações dos trabalhadores e da juventude, condenados à precariedade, salários de miséria e degradação geral das condições de vida — 35 horas de trabalho semanal para todos, contratação colectiva, salário mínimo de €900 euros, e igualmente um plano de habitação social, o fim da “lei Cristas”, o investimento público massivo na Educação e na Saúde, a nacionalização da banca, da energia, dos transportes e de todos os sectores chave da economia. E há que realizar isto recorrendo a todas as formas de luta da classe trabalhadora.

Se, pelo contrário, as direcções da esquerda e do movimento operário “tradicional” continuarem com o papel de defensoras da paz social — ou buscarem até negociar com o PS para obter pastas ministeriais —, então estarão a reafirmar-se como um obstáculo à luta da classe trabalhadora no período a ser aberto pela nova recessão mundial. E todos os obstáculos no caminho dos trabalhadores e da juventude serão demolidos.

ESTÁ NA HORA DA ORGANIZAÇÃO E DA LUTA!



Reunião entre António Costa (dir.) e Jerónimo de Sousa (esq.), 7 de Outubro, 2015. Foto: Manuel de Almeida/Lusa.

ARGÉLIA: UM NOVO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Bruno Penha & Ismail X

Depois de 20 anos com Abdelaziz Bouteflika a manter-se na presidência recorrendo a fraude eleitoral e repressão, um poderoso movimento da classe trabalhadora emergiu.

A 22 de Fevereiro, milhares de pessoas saíram à rua em Argel e nas principais cidades do país contra a candidatura de Bouteflika a um 5º mandato. Este homem de 82 anos, tão doente que está já incapaz de comparecer em eventos públicos, foi denunciado como testa de ferro daqueles que realmente detêm o controlo do Estado: a casta militar e a burocracia da Frente de Libertação Nacional (FLN).

Uma economia neocolonial

A Argélia tem a 10ª maior reserva de gás natural e 16ª maior reserva de petróleo no mundo. Os hidrocarbonetos representam cerca de 30% do seu PIB, 60% das receitas orçamentais e quase 95% das receitas de exportação. É uma economia neocolonial, totalmente dependente da exportação de petróleo e gás, mais de metade da qual é para países europeus.

As receitas destas exportações, além de serem desperdiçadas a enriquecer a parasitária casta militar e burocrática no comando do Estado e das empresas estatais, têm servido para assegurar que a Argélia cumpre as suas funções como país dominado pelo capital imperialista. Com o dinheiro do gás e do petróleo os bens de primeira necessidade são subsidiados, não só para manter a paz social como, principalmente, para baixar o preço da força de trabalho (os salários). Por fim, o destino das receitas da exportação é o 2º exército mais poderoso de África (que consome 5% do PIB) e

o potente aparelho repressivo, para manter a classe trabalhadora “em ordem”.

O investimento estrangeiro e o sector privado têm aumentado. A indústria pública, com o baixíssimo nível de investimento, não representa qualquer competição. Por exemplo, a gigantesca SONATRACH, a empresa estatal de extração de hidrocarbonetos, com cerca de 120.000 trabalhadores — a maior do continente —, não tem refinarias suficientes para o seu volume de extração. Assim, a maior parte da exportação é de crude, posteriormente importado como petróleo refinado.

“NA ARGÉLIA, COMO NO SUDÃO, O CAPITALISMO ESTÁ AMEAÇADO DE MORTE SEM QUE EXISTA AINDA O PARTIDO CAPAZ DE LHE DESFERIR O GOLPE FINAL.”

Políticas de austeridade

Em 2014, o preço do petróleo caiu para metade. O governo perdeu mais de um terço do seu orçamento. Nestas condições, aplicou um programa de privatizações, liberalização e austeridade com despedimentos e cortes de salários da função pública, semelhante ao aplicado sob a orientação do FMI na década de 90, com a “transição para uma economia de mercado”. Assim, em 2016, a banca pública entrou na bolsa de valores, abrindo-se ao capital imperialista.

Segundo o próprio FMI, o desemprego subiu de 10,5% em 2016 para 11,7% em 2017, sendo ainda mais alto entre os jovens e as mulheres — 28% e 20% respectivamente. O crescimento do PIB baixou de 3,3% para 1,5%.

Esta política provocou a resistência dos trabalhadores e da juventude, mas também o receio de uma parte significativa da casta burocrática que

teme perder a riqueza assegurada pela administração de empresas públicas. Assim se entende que o governo da FLN tenha congelado os novos planos de privatização e proibido a importação de 851 produtos que vão desde telemóveis a produtos alimentares. Os capitalistas, claro, ignoraram esta burocracia incapaz de lhes fazer frente. O passo seguinte, no início deste ano, foi o aumento das taxas aduaneiras de variadas mercadorias entre 30% a 200%.

Isto fez disparar o preço de bens de primeira necessidade e até de matérias primas necessárias à indústria nacional,

como o alumínio. A inflação subiu de 6,4% em 2016 para 7,4%, em 2018. Com o salário mínimo estagnado nos 18.000 dinares argelinos (cerca de 135€) desde 2012, o custo de vida tornou-se impossível para grande parte da população, com 35% (14 milhões) a viver na pobreza. É esta a base da revolta.

Uma reorganização dos trabalhadores

Tentando ultrapassar a amarela União Geral de Trabalhadores Argelinos (UGTA) — única central sindical reconhecida pelo Estado, que é controlada pela FLN —, os trabalhadores lançaram-se na construção de novos sindicatos, a Confederação Argelina de Sindicatos Autónomos (CASA) e a Confederação Geral Autónoma dos Trabalhadores da Argélia (CGATA).

Em Abril de 2018, já 65 novos sindicatos pediam legalização, sendo ignorados pelo go-

verno. As novas organizações lideraram no início de 2018 os maiores e mais longos protestos e greves de vários sectores da função pública, como médicos e professores, exigindo o aumento dos salários, melhores condições de trabalho e até a abolição do serviço militar obrigatório.

Com a eclosão de protestos massivos contra o governo nas principais cidades da Argélia em Fevereiro deste ano, estes sindicatos da função pública convocaram uma greve geral à qual se juntaram os estudantes e até mesmo pequenos comerciantes.

Um dia depois do início da greve, a 11 de Março, a FLN retirou a candidatura de Bouteflika. Mas os trabalhadores e a juventude compreendiam que Bouteflika não é o problema. Exigiam o afastamento dos “4 Bs”: o presidente do Conselho Constitucional, Tayeb Belaiz, o ex-presidente do Senado, Abdelkader Bensalah, o primeiro-ministro, Noureddine Bedoui, e o presidente da Assembléa Nacional, Mouad Bouchareb.

A greve geral durou mais 4 dias e os protestos continuaram. Novamente tentando apaziguar as massas, a FLN anunciou a demissão de Bouteflika, substituído nas funções por Bensalah. A 10 de Abril houve nova greve geral. Uma semana depois, já com os trabalhadores municipais a recusar organizar as eleições de 4 de Julho, demitiu-se Belaiz.

A burguesia procura uma solução que preserve o sistema

A 27 de Abril reuniu-se pela primeira vez o “coletivo da sociedade civil argelina para uma transição democrática e pacífica”, constituído por 28 sindicatos, associações e ONGs. Da reunião saiu um apelo ao “diálogo com os poderes políticos” e a uma “tran-

sição democrática” com uma “mudança radical do sistema”. As direcções sindicais aceitaram desta forma cobrir com um verniz revolucionário uma solução que procura a conciliação de classes com interesses inconciliáveis.

Gaïd Salah, chefe das forças armadas, e a sua camarilha compreenderam já a estratégia a tomar. Ao mesmo tempo que fazem discursos a apoiar o movimento, prendem os elementos mais radicais. Lançaram ainda uma campanha “anti-corrupção” sem precedentes, que resultou na prisão de Ould Kaddour, CEO da SONATRACH, Saïd Bouteflika, irmão do ex-presidente, e Bachir Tartag, chefe dos serviços de inteligência. De um só golpe querem ganhar a simpatia dos trabalhadores e eliminar quaisquer adversários políticos.

O restabelecimento da ordem burguesa passa também, claro, por forjar novos instrumentos políticos. Novos partidos, como o liberal *Muwatana* (“Cidadania”) — lançado em 2017 por ex-ministros, juizes, jornalistas e académicos — fazem parte deste esforço e tentam colocar-se à cabeça do movimento. Mas, como é característico dos processos revolucionários, as massas procuram uma solução fora do sistema.

O Partido dos Trabalhadores (PT), que se reclama marxista — e até trotskista! —, poderia aqui jogar um papel decisivo, mas actua como um entrave, apelando à calma e à convocação de eleições, negando-se a participar nas mobilizações. A dirigente do PT, Louisa Hanoune, está inclusivamente detida por se ter reunido secretamente com Bouteflika e a sua camarilha na fase inicial do movimento. Defendendo-se, Hanoune alegou que apenas cumpria o seu papel de “mulher de Estado”, o que equivale a dizer que cumpria as suas funções como defensora do Estado burguês.

A Revolução Permanente

O processo revolucionário na

Argélia demonstra mais uma vez a pertinência da Teoria da Revolução Permanente. A Argélia é um país com uma burguesia compradora, ou seja, dependente do capital imperialista que impõe salários miseráveis, uma economia de monocultura petrolífera e, acima de tudo, a ausência de direitos democráticos. A luta por direitos democráticos — p.ex.: reforma agrária e fim dos privilégios de castas ou ordens, separação do Estado e da igreja, eleições livres, direitos de organização e associação, etc. — não é, por-

dos últimos meses, a classe trabalhadora na Argélia mostrou estar à altura desta tarefa histórica e capaz de mobilizar atrás de si a massa de camponeses e pequeno-burgueses pobres do país.

A vitória da revolução, no entanto, não depende apenas do ímpeto das massas. O partido revolucionário é um factor essencial. Sem uma direcção revolucionária capaz de conectar as reivindicações democráticas a um programa de tomada do poder pela classe trabalhadora, o movimento, de-

“É PRECISO CONVOCAR A GREVE GERAL, INICIAR A OCUPAÇÃO DE FÁBRICAS E A CONSTRUÇÃO DE ÓRGÃOS DE PODER PROLETÁRIO.”

tanto, impulsionada por qualquer burguesia nacional, como nas revoluções liberais europeias do séc. XIX, mas antes pela classe trabalhadora e massas oprimidas. A revolução é feita não só sem a burguesia, mas acima de tudo contra a burguesia. Ora, o desfecho de um processo revolucionário vitorioso é determinado fundamentalmente pela classe que o encabeça. O proletariado, evidentemente, não pode conquistar o poder para erguer instituições burguesas e preservar a propriedade privada e as relações de assalariamento; pode unicamente construir uma sociedade que corresponda aos seus interesses — expropriando o capital imperialista e planificando a economia para servir os interesses dos trabalhadores e do ambiente. Assim, o que parece começar como uma revolução liberal-burguesa é na verdade uma revolução socialista.

Com o poderosíssimo ascenso revolucionário

pois de um esforço heróico, esgota as suas forças mais tarde ou mais cedo e é derrotado pela contra-revolução. É esse momento decisivo que vive a Argélia, tal como o Sudão, países onde o capitalismo está ameaçado de morte sem que exista ainda o partido capaz de lhe desferir o golpe final.

Há que convocar uma nova greve geral e transformá-la no ponto de partida para a criação de comités de defesa contra os ataques do exército e restantes forças de repressão, iniciar a ocupação de fábricas e a construção de órgãos de poder proletário — conselhos de trabalhadores, camponeses e soldados — que constituem a única alternativa democrática aos órgãos burgueses — Parlamento, Presidência, Conselho Constitucional e restantes instituições que o PT, com o seu “sentido de Estado”, se apressou a defender.

O único caminho é a revolução socialista! ✨



Protesto contra o governo em Argel, 12 de Abril, 2019. Foto: AP/Arab News.



Motoristas de transporte de mercadorias perigosas em greve, Abril de 2019. Foto: LUSA/MÁRIO CRUZ.

A LUTA DOS MOTORISTAS: UM ANTES E UM DEPOIS

Comité Executivo Esquerda Revolucionária

Reorganização sindical

O sector de transportes de mercadorias é há décadas marcado por condições laborais do séc. XIX. Mas hoje, após 20 anos de negociações falhadas entre a FECTRANS — da CGTP — e a associação patronal, ANTRAM, os trabalhadores buscam novas formas de luta.

Em 2015 nasceu o Sindicato Independente dos Motoristas de Mercadorias (SIMM) e, no final de 2018, o Sindicato Nacional de Motoristas de Matérias Perigosas (SNMMP). Com menos de um ano de existência este último já marcou um antes e um depois na história do sindicalismo nacional.

As décadas de sindicalismo amarelo — de conciliação de classes — acumularam material explosivo. A primeira greve do SNMMP, em Abril, foi uma autêntica revolta contra os salários a roçar o mínimo e as jornadas de trabalho a rondar as 15 horas diárias. Isto é “compensado” com cláusulas no contrato colectivo de trabalho que, apesar de aumentarem o rendimento dos trabalhadores, os condenam à pobreza em caso de doença ou desemprego, e também na reforma. Além disto, as cláusulas permitem aos patrões burlar a Segurança Social em milhões de euros!

As reivindicações dos moto-

ristas são do mais elementar bom senso: um salário base digno, a jornada de trabalho de 8 horas e o pagamento do trabalho suplementar à hora.

Em poucos dias de greve, enfrentando uma intensa campanha mediática de desinformação e uma requisição civil, o SNMMP conseguiu o que a FECTRANS não alcançou em 20 anos: as primeiras cedências da ANTRAM às reivindicações dos trabalhadores. Os pontos centrais passavam pelo aumento do salário base de 630€ para 900€ e o fim da cláusula que estabelece a isenção de horário. No entanto, a actuação do governo e da direcção da FECTRANS contra a greve dos motoristas deu confiança aos patrões para romper o acordo com o SNMMP.

Em Julho, no I Congresso Nacional de Motoristas, que juntou o SIMM e o SNMMP, os trabalhadores decidiram responder convocando uma nova greve, desta vez por tempo indeterminado, a partir de 12 de Agosto. O objectivo era aguentar até forçar os patrões a assinar o novo Contrato Colectivo de Trabalho (CCT). Foi uma das greves mais importantes das últimas décadas — um ponto de inflexão na reorganização sindical.

Contra patrões, governo e burocratas...

A luta colocou trabalhadores não apenas contra os patrões

do sector mas, acima de tudo, contra toda a burguesia, representada pela comunicação social, pelo Estado e pelas burocracias sindicais da FECTRANS e CGTP.

Agosto foi marcado não pela falta de combustíveis, mas por uma campanha brutal contra a greve. A burguesia bombardeou-nos com reportagens “ao minuto” — alegou-se tanto a especulada escassez de bens de primeira necessidade como a eminente falta de combustível para os iates das marinas algarvias!

O governo, por seu lado, em ligação com a ANTRAM, começou por impôr serviços “mínimos” impossíveis de cumprir com 8 horas diárias, de forma a justificar — como fizera com os enfermeiros, e com os próprios motoristas em Abril — o recurso à Requisição Civil. Seguiu-se a mobilização da polícia e do exército. Só da PSP foram mobilizados 12.000 efectivos. Dissipando ilusões de “neutralidade” do Estado burguês, o governo pôs o exército ao serviço dos patrões.

A isto juntou-se a burocracia da CGTP e do PCP. A actuação da burocracia foi criminosa. Furou a greve, reuniu com os patrões nas costas dos trabalhadores e, finalmente, assinou um “memorando” com a ANTRAM que não só ignora as principais reivindicações como tem por objectivo desmobilizar, desmoralizar e isolar o novo sindicato — visto

como uma ameaça à CGTP.

Agora, o Ministério Público avança com uma tentativa de dissolução do SNMMP, usando como bode expiatório a figura de Pardal Henriques. O secretário-geral da CGTP reagiu... “estranhado” a demora do Estado burguês!

Já a direcção do BE assumiu uma posição que, nunca entrando na difamação dos motoristas, foi marcada por uma equidistância que é inaceitável num partido socialista. Era preciso muito mais.

... solidariedade e luta!

A reorganização sindical é a consequência do sindicalismo de conciliação de classes que crescentemente domina a CGTP e sempre marcou a UGT. As primeiras tentativas de ultrapassar as burocracias não se darão sem erros. Mas a necessidade de novas ferramentas de luta é tão premente quanto são impotentes os métodos corporativos dos burocratas.

Os motoristas seguem outros sectores, como os estivadores ou os enfermeiros. Hoje, reintroduzem-se métodos que foram centrais para conquistas históricas, como os fundos de greve, a greve por tempo indeterminado e a solidariedade internacional. E a cada passo há que enfrentar não só o patrão, mas logo também o Estado, a burguesia enquanto classe, a burocracia sindical. As greves tornam-se quase automaticamente políticas e, assim, impulsionam saltos de organização e consciência. Aos revolucionários cabe estar do lado dos trabalhadores, aprender e contribuir para este processo.

A onda de greves que marcou os últimos 2 anos deve ser unificada numa poderosa greve geral pela autonomia e independência sindical. Devemos exigir o fim dos ataques ao SNMMP, o fim da Lei da Requisição Civil, do Código Laboral da troika e do PS, as 35 horas para todos e um Salário Mínimo Nacional de 900€!

Quando se dá o maior ataque das últimas décadas ao direito à greve e aos direitos democráticos, a nossa resposta só pode ser uma: solidariedade e luta! ✪



Boris Johnson, primeiro-ministro não eleito apoiado por Donald Trump. Foto: LUKE MACGREGOR/BLOOMBERG.

BREXIT: O CAPITALISMO BRITÂNICO NUMA ENCRUZILHADA

Gonçalo Romeiro

O Reino Unido vive um crise histórica. Sem estar recuperada da grande recessão de 2008, envolta na disputa pelo domínio do mercado mundial entre China e Estados Unidos, desgastada por anos de políticas de austeridade e integrada numa UE a entrar em recessão, a burguesia britânica divide-se e paralisa.

A ala maioritária teme as consequências catastróficas de um Brexit sem acordo. A exclusão do mercado único significa um emaranhado de barreiras entre as mercadorias britânicas e os seus destinos mais importantes, além de dificuldades acrescidas para aceder a bens essenciais como medicamentos, alimentos e combustíveis. Somam-se a isto a questão da fronteira irlandesa — que pode reacender o conflito sectário entre católicos e protestantes — e a questão nacional escocesa — que ameaça ferir de morte o Reino “Unido”.

A incapacidade de chegar a um acordo aceitável para as burguesias europeias dá confiança à minoria decidida a avançar com o Brexit a todo o custo. Esta crise tem já 3 anos e a economia já contraiu 0,2% no último trimestre. A pressão

da próxima recessão, que dá os primeiros passos, levou este sector da burguesia a concluir que, dada a crise da UE, é necessário alinhar-se com o imperialismo estado-unidense contra a China. Abraçou o nacionalismo económico para gritar contra os condicionamentos da UE à soberania nacional enquanto aceita fazer da Inglaterra colónia dos EUA. Buscando o apoio de Trump, esta ala dispõe-se a tudo, desde abrir as portas aos produtos tóxicos do agronegócio yankee até privatizar o Serviço Nacional de Saúde, uma das grandes conquistas dos trabalhadores.

Esta cisão na classe dominante aprofunda a crise do parlamentarismo. Internacionalmente, as burguesias deixam de poder governar sem formas de dominação autoritárias e bonapartistas, mesmo nos países mais “civilizados”. Assim, Boris Johnson, primeiro-ministro não eleito, anunciou a suspensão do parlamento com o aval dessa relíquia do feudalismo que é sua majestade, a Rainha.

A resposta a esta nova ofensiva anti-democrática não se fez esperar. No dia em que Johnson anunciou a suspensão do parlamento, os deputados da oposição declararam que tudo fariam, inclusive formar um parlamento alternativo,

para se opor a isto. No entanto, a burguesia não confia no líder da oposição. Desde que Jeremy Corbyn chegou à liderança do Labour Party, catapultado por um movimento de massas de apoio ao seu programa anti-austeridade, que todas as forças do regime — com a ala direita do próprio Labour na linha-da-frente — o tentam derubar. Mas uma e outra vez o movimento corbinista derrotou a direita. Esta situação reforça a paralisia da ala anti-Brexit e as suas próprias tendências bonapartistas. Temem a vitória de Corbyn em eleições gerais e tentam afastá-lo com manobras palacianas.

Numa coisa a burguesia está unida: é imperativo que a classe trabalhadora e a juventude continuem a pagar pela crise, dentro ou fora da UE. Qualquer vitória dos sectores explorados e oprimidos, mesmo que parcial, é inadmissível. Assim, até o programa reformista de Corbyn se torna uma cedência inaceitável. No quadro do capitalismo, com ou sem Brexit, não há soluções para a classe trabalhadora.

As cedências de Corbyn aos partidos burgueses enfraquecem o movimento, não são uma “táctica habilidosa”, são mais um passo na direcção de uma tragédia grega. E ceder

mais é impossível! Ao invés de responder a Johnson apelando à greve geral, exigindo a demissão do governo e eleições gerais, Corbyn pediu uma audiência à Sra. Elizabeth e tentou cozinhar um acordo com a direita. Disponibiliza-se a liderar um governo “de salvação nacional” que, sem tocar na economia — i.e. mantendo a austeridade —, convoque um novo referendo que permita ficar na UE, protegendo a credibilidade institucional e os interesses burgueses.

No momento da escrita deste artigo têm lugar protestos por todo o Reino Unido, e vários são convocados pelo movimento corbinista. Este é o caminho a aprofundar. Mas qualquer mobilização que esteja subordinada a acordos com a direita está condenada a virar-se contra as próprias massas. A UE é o clube de gestão dos interesses da burguesia europeia — da precariedade, das privatizações e do militarismo. A vitória do Brexit em 2016 foi, acima de tudo, uma revolta contra essa máquina de exploração e opressão. E defender a UE apenas divide a classe trabalhadora em linhas sectárias.

Nenhuma das facções da burguesia tem resposta para os problemas dos trabalhadores e da juventude. Dentro ou fora da UE ela estará unida contra qualquer melhoria das condições de vida das massas.

Só a mobilização mais decidida e um programa socialista de expropriação dos monopólios e da banca, que acabe com a austeridade e com a precariedade, reconstrua os serviços públicos, resolva a crise de habitação, elimine a dívida estudantil, garanta direitos iguais para os trabalhadores imigrantes e promova a urgente transição energética podem garantir um futuro digno. Finalmente, em lugar dos pactos com alas do imperialismo, é necessário um programa internacionalista que ganhe a solidariedade de todos os oprimidos, defendendo o direito à autodeterminação nacional, na Escócia e na Irlanda, no quadro da luta por uma Europa socialista, sem fronteiras nem austeridade! ✪

O primeiro-ministro, António Costa, acompanhado pelo ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos. 2019. Foto: JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA.



Greve Climática Estudantil de 15 de Março, Lisboa. Foto: Rafael Marchante/Reuters.

JUNTA-TE À LUTA ANTICAPITALISTA EM DEFESA DO NOSSO PLANETA!

Fred Boaventura

As alterações climáticas converteram-se numa realidade e num perigo grave para o futuro do planeta e da Humanidade. São uma consequência directa da acção humana, ou melhor dizendo, da acção humana sob a lógica e funcionamento do sistema de produção capitalista. A cada ano que passa os recordes de temperaturas são ultrapassados — o degelo atinge proporções inimagináveis e os eventos catastróficos, como ondas de calor, tempestades e incêndios, aumentam em quantidade e intensidade. As catástrofes provocadas por alterações climáticas transformaram o quotidiano de milhões de pessoas por todo o mundo, afectando particularmente os mais pobres e quem vive nos países dominados pelo imperialismo.

Os principais poluentes são os gases com efeito de estufa resultantes sobretudo da queima de combustíveis fósseis. Em Portugal, as concessões de exploração e extracção petrolífera

previstas irão destruir os ecossistemas e a qualidade de vida das populações, enquanto que os lucros daí retirados ficarão nas mãos das grandes multinacionais.

Um culpado: o capitalismo.

Para salvar o planeta e as nossas próprias vidas precisamos de ir além da crítica aos combustíveis fósseis. Sem dúvida, o capitalismo é o modo de produção na história que conquistou mais melhorias de vida para a humanidade, mas tornou-se, ao mesmo tempo, o mais agressivo para o meio ambiente. Isto deve-se à competição desenfreada pelo lucro a qualquer custo, inerente a este sistema.

Somos todos os dias bombardeados com críticas individualistas ao consumo. Apontam-nos como culpados se não reciclamos, se não temos determinados hábitos alimentares, e culpam-nos até pelo modo como nos fazemos transportar. Mas nunca é referido que apenas 90 empresas são responsáveis por dois terços de toda a poluição no mundo.

Se o movimento ecologista quer atacar a raiz das alterações climáticas, então tem de rejeitar a lógica do lucro e do mercado e adoptar uma perspectiva socialista. Não há solução para o planeta em capitalismo!

Hoje, os avanços científicos permitiriam começar a travar e até a reverter estas alterações climáticas e garantiriam um mundo ecologicamente sustentável. No entanto, sob o capitalismo, sem uma planificação democrática da economia e com cada capitalista priorizando a obtenção do máximo benefício a curto prazo, como é próprio das multinacionais capitalistas, tal tarefa apresenta-se impossível.

Os estudantes têm um papel nesta luta!

O Sindicato de Estudantes chama os estudantes para esta greve e para os protestos pois reconhece o seu papel nesta luta enquanto parte importante do futuro da classe trabalhadora e das gerações vindouras.

A participação dos estudantes deve estar sempre vinculada ao movimento da classe traba-

lhadora, a única classe que combate os danos do sistema capitalista e é verdadeiramente capaz de derrotar este sistema e construir uma nova sociedade.

A intervenção em massa dos estudantes em todas as mobilizações e lutas dos trabalhadores, desde as greves a movimentos como o feminista, dá aos estudantes a oportunidade de reforçar a solidariedade de classe e contribuir para a unificação das lutas no único sentido em que de facto ela pode fazer a diferença: enquanto luta contra o capitalismo como sistema anti-sustentável.

O Sindicato de Estudantes defende por isso a mobilização das organizações de trabalhadores para um plano de luta que aponte a uma greve geral capaz de atingir os capitalistas onde mais lhes dói: no lucro.

JUNTA-TE ÀS MANIFESTAÇÕES DE 27 DE SETEMBRO!

O CAPITALISMO MATA O PLANETA!